

4ª SEMANA: CONHECER A ESTRUTURAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE MODO GERAL E, A PARTIR DELA, A REINSERÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS TRABALHADORES E AS AÇÕES INTEGRADAS JÁ EXISTENTES

O caminho para a inserção socioeconômica de vítimas do trabalho escravo

Antônio Carlos Mello Rosa

Membro fundador do Instituto Trabalho Decente

Recordando quem são as vítimas

Este módulo do curso “Atuação dos profissionais da rede de acolhimento e atendimento social das vítimas de trabalho escravo” pretende trazer aos treinandos informações sobre o processo de reinserção socioeconômica das vítimas do trabalho análogo ao de escravo (como estabelece o artigo 149 do Código Penal), ou simplesmente trabalho escravo, como é comumente chamado por aqueles que atuam na luta contra essa que é a mais grave violação dos direitos humanos de trabalhadores e trabalhadoras, sejam adultos, jovens, adolescentes e crianças. Ainda que já detalhado em módulos anteriores, é importante que recordemos quem são as vítimas do Trabalho Escravo, para que reconheçamos suas necessidades, e quais os caminhos a serem percorridos para se garantir uma efetiva inserção socioeconômica dessas pessoas que, vulnerabilizadas, tiveram seus direitos humanos mais básicos negados, como o direito à liberdade e à dignidade, preceitos constitucionais que devem ser garantidos a todos e todas que estiverem em território nacional, sejam brasileiros ou estrangeiros.

Para trazer a caracterização das vítimas foram utilizadas informações geradas pelo Laboratório Digital do Trabalho Escravo¹, iniciativa desenvolvida pelo Ministério Público do Trabalho e pela Organização Internacional do Trabalho, com o objetivo de servir com fonte de informações e conhecimentos para desenvolver e aprimorar políticas públicas e iniciativas privadas de prevenção e enfrentamento ao trabalho escravo e ao

¹ <https://smartlabbr.org/trabalhoescravo>

tráfico de pessoas. O observatório traz não só informações sobre o perfil dessas pessoas, mas sobre os casos de trabalho escravo, utilizando dados de resgates realizados pela fiscalização do trabalho, mas também cruza esses dados com informações de outras ricas bases de dados brasileiras, como RAIS, CAGED, Censos e PNAD, dentre outras, de maneira objetiva e de fácil leitura, analisando inclusive os aspectos sociais e econômicos dos municípios de resgate, residência e naturalidade, o que pode facilitar o desenho e implementação de iniciativas de atendimento e inserção socioeconômica das vítimas do trabalho escravo. É de fato uma ferramenta e a ser utilizada por aqueles que vão implementar políticas públicas integradas e multidisciplinares que pretendem garantir a quebra da vulnerabilidade e a inserção socioeconômica das vítimas da escravidão.

É importante notar que o perfil descrito no observatório diz respeito aos casos de resgate de trabalho escravo. Por uma série de motivos, incluindo o fato de o trabalho escravo ser um crime no Brasil, não existem estatísticas sobre este tema como existem sobre o trabalho infantil. O que conhecemos então são as informações daqueles que de fato foram descobertos no trabalho de fiscalização. Em geral trata-se de uma maioria de homens jovens, com idades entre 18 e 39 anos, analfabetos ou com baixa instrução, de raça negra, de áreas rurais e que trabalham em atividades agropecuárias.

Algumas notas são necessárias sobre essa caracterização. A primeira dela diz respeito recorte de gênero e das atividades onde tem sido encontrada a escravidão. Historicamente as denúncias de trabalho escravo se iniciaram no meio rural, principalmente na fronteira de ocupação da Amazônia promovida nos anos 60 e 70. Uma maioria de homens resgatados pode ser explicada, pela demanda de atividades econômicas no meio rural que atraíram principalmente nordestinos e nortistas de regiões carentes de qualquer infraestrutura, que acabou por concentrar o trabalho da fiscalização. São trabalhos que demandam força bruta, o que explica também uma concentração de homens jovens. Somente nos últimos anos é que a fiscalização vem mudando seu olhar e se concentrando também em atividades que concentram mulheres, fazendo sua correlação com o trabalho escravo, em atividades como o trabalho doméstico, a produção de roupas e até mesmo a exploração sexual, o que tem

garantido então que mulheres exploradas também sejam resgatadas do trabalho escravo.

Uma outra nota diz respeito ao analfabetismo. Por um lado, é um tanto óbvio que pessoas com baixa instrução sejam mais facilmente exploradas, pois inconscientes de seus direitos trabalhistas e humanos acabam se tornar vítimas fáceis do processo de exploração, principalmente aqueles que já vivem historicamente em um ambiente de negação de direitos sociais e econômicos, que vivem em condições miseráveis, sem infraestrutura de água e esgoto, com pouca ou sem renda, com dificuldade de acesso a qualquer política pública. Para essas pessoas, a degradância em um ambiente de trabalho é simplesmente a replicação do que já vivem em seu cotidiano. Por outro lado, a precariedade no grau de instrução e no alfabetismo tem suas origens no trabalho infantil. Um estudo da OIT de 2005 sobre o Perfil dos Atores Envolvido com o Trabalho Escravo no Meio Rural demonstra que em média o trabalhador resgatado do trabalho escravo começou a trabalhar com 11 anos de idade. É sabido que o trabalho infantil concorre com a escola e que sendo levado a prematuramente a essa condição de trabalhador, a criança terá prejuízos em seu aprendizado e não raro abandonará o ambiente escolar. Prevenir a incidência ou reincidência do trabalho escravo deve começar pela continuidade da luta contra o trabalho infantil, já que está clara a relação de causalidade entre as duas práticas.

Finalmente, é importante também entender que estas pessoas estão em regiões com lacunas de desenvolvimento enormes. O Estado do Maranhão é a origem de quase um quarto dos trabalhadores resgatados do trabalho escravo. Outros estados são Bahia, Pará, Piauí e Alagoas. Uma rápida análise do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, facilmente demonstrará que estes estados estão entre aqueles com menores IDHs, marcados por desigualdades e por concentração de renda, além de falta de oportunidade de trabalho. Mas a pobreza econômica e política (Demo, 2006) não é causa do trabalho escravo, mas um fator que facilita sua existência. É importante ressaltar que a verdadeira causa do trabalho escravo é a ganância de exploradores criminosos, que, em busca do lucro fácil, acabam por submeter essas pessoas a condições inumanas de trabalho, negando

muitas vezes sua liberdade, mas sempre negando sua dignidade como já explorado anteriormente neste curso. Sem oportunidades de trabalho em sua região de residência, o trabalhador acaba aceitando falsas ofertas de trabalho, migrando para isso por conta própria ou sendo traficada e explorada, seja em regiões isoladas como fazendas na fronteira de expansão da Amazônia, seja em centros urbanos em atividades como construção civil.

Uma última consideração sobre as características da vítima da escravidão. É vital que se entenda que estamos falando de um grupo pequeno em relação à massa de pessoas que são atendidas pelas políticas públicas de base no Brasil. Este grupo muitas vezes está fora do alcance dessas políticas públicas, ou precariamente alcançado por ela. Estes trabalhadores em geral sequer chegam às estruturas de educação, saúde, assistência social ou trabalho e por isso precisam de um olhar diferenciado.

Princípios Necessários à Inserção Socioeconômica

A caracterização das vítimas do trabalho escravo já demonstra a necessidade de um trabalho integral, integrado e multidisciplinar, de diversos setores da política pública, mas também de toda a sociedade, para garantir que a vulnerabilidade que leva ao trabalho escravo seja rompida e que os trabalhadores tenham condições de ter uma vida digna com seus direitos mais básicos garantidos.

Além de conhecer a temática da escravidão contemporânea, tema deste curso, um outro princípio básico é de que se conheça quem são os outros atores com quem se pode conjugar esforços para garantir que a vítima da escravidão, sua família e comunidade, que são igualmente vulneráveis, não sejam levados de novo ao processo de exploração. Realizar um mapeamento dos atores que podem auxiliar a implementação de ações no local de residência das vítimas, também com um olhar para seu entorno, tanto na política pública como em outros setores, é imprescindível.

A política pública brasileira, principalmente nas áreas de assistência social e saúde, é referência na comunidade internacional, e buscada para processo de intercâmbio por seu desenho e estruturação. Porém também é de conhecimento geral que nem sempre

quem trabalha em sua implementação nos municípios tem todas as condições para implementá-la da maneira adequada. Sendo difícil essa implementação em cada área básica como saúde, educação, assistência social, documentação, emprego trabalho e renda, a pergunta que fica é como vencer as demandas do dia-a-dia para que se consiga trabalhar de maneira integrada.

É vital para tanto, no que diz respeito às vítimas da escravidão (incluindo sua família e comunidade, que por definição também é vulnerável), que se reconheça que elas são prioridade absoluta da política pública, exatamente por se tratar da parcela mais marginalizada da população. A partir deste entendimento, é preciso que se tenha em mente que a vulnerabilidade somente será vencida com uma visão de atendimento integral e multidisciplinar, feito de maneira integrada, o que pressupõe um conhecimento, ainda que básico, sobre qual o aporte que instituições das outras áreas da política pública mencionadas acima podem dar a esse processo. Para tanto, somente o diálogo interinstitucional sobre a questão da escravidão e como lidar com ela terá um resultado efetivo. No processo de diálogo cada instituição conseguirá conhecer o papel da outra e, conseqüentemente, também se encontrará a solução para as dificuldades do dia-a-dia da implementação da política em cada área. É através deste processo que se vislumbra que existem pontos de conexão, que ligados facilitarão o trabalho de cada entidade, economizando recursos e facilitando a comunicação, assim como agilizando o esse público-alvo tão específico, garantido que todos os pontos de sua vulnerabilidade sejam tratados. Sendo assim, um outro princípio básico do atendimento às vítimas do trabalho escravo, durante o resgate, no pós-resgate ou mesmo para a inserção socioeconômica e prevenção da reincidência é promover espaços de diálogo com os diversos atores que podem contribuir com este processo, não só para gerar esse conhecimento mutuo mas para definir planos, papeis, cronogramas e recursos no formato de um fluxo de atendimento à vítima do trabalho escravo. Ainda que se tenha um modelo padrão desse fluxo, cada rincão do Brasil tem características diferentes, atores diferentes com maior ou menor capacidade e por este motivo é sempre vital que no processo de diálogo se personalize o fluxo privilegiando a atuação daquelas instituições com maior capacidade e disponibilidade para atuar de maneira efetiva.

Normalmente esse processo de diálogo é realizado nas Comissões Estaduais para a Erradicação do Trabalho Escravo – COETRAES, conformadas por representantes de governo, sociedade civil organizada e trabalhadores (em alguns casos também de empregadores) se encontram para fomentar o trabalho integrado nas áreas de repressão ao crime da escravidão, prevenção e atenção às vítimas, suas famílias e comunidades. Não raro existem planos estaduais para a erradicação do trabalho escravo já estabelecidos que podem ser um suporte. Mas é bem verdade também que nem todos os estados possuem este tipo de estrutura e que alguns estados, mesmo tendo formalmente a estrutura, não a tem funcionando efetivamente. O que se pode fazer é estimular e cobrar que cada governo estadual estruture sua COETRAE e discuta um plano estadual com os três eixos mencionados (prevenção, repressão e atenção às vítimas) e que desenhe seu próprio fluxo de atenção a partir do modelo já existente.

É bem verdade que muitas vezes a COETRAE acaba tendo uma restrição em sua influência nos municípios que estão longe das capitais, por restrições de pessoal e material. De qualquer forma, manter contato com a COETRAE a partir dos municípios onde o problema da escravidão (residência ou incidência de resgatados) seja mais presente contribuirá para o enfrentamento a questão. Nesses municípios é importante também que se pense na estruturação de comissões ou fóruns municipais para a prevenção e erradicação do Trabalho Escravo. O Município de São Paulo possui uma comissão municipal por exemplo. O Município de Marabá possui, por sua vez, um Grupo de Articulação Interinstitucional para Erradicação do Trabalho Escravo – GAETE, que implementa iniciativas em nível regional no sul do Pará. As instâncias municipais onde o problema é mais contundente podem auxiliar no processo de estruturação e aprimoramento da política pública e de outras iniciativas para atender às vítimas do trabalho escravo, assim como suas famílias e comunidades.

Também é necessário que se reconheça o apoio potencial de outras instituições que não somente aquelas da política pública. Iniciativas de atenção às vítimas devem ser articuladas com o máximo possível de instituições, pois é um tema de alta complexidade e delicadeza e tem seu custo. Esforços compartilhados com diversas

instituições devidamente sensibilizadas e formadas sobre a temática da escravidão podem ser muito mais viáveis e sustentáveis do que iniciativas isoladas. É bem verdade que realizar articulação interinstitucional é quase uma arte, que requer o dispêndio de um esforço grande, mas quando realizada com o objetivo comum, de maneira dialogada e planejada, pode ter um êxito surpreendentemente maior e mais amplo. Neste processo é preciso também criatividade. Muitas vezes problemas de lacunas na política pública de atenção a essas vítimas podem ser preenchidas com parceiros menos óbvios, como o mundo acadêmico, por meio de departamentos de direito, saúde, educação, assistência social, dentre outros, de faculdades e universidades, públicas ou privadas, além de organizações da sociedade civil dessas mesmas áreas e de setores da iniciativa privada que estejam sensíveis às necessidades de atuar para diminuir o problema, tanto dentro da função social da empresa, como de seu papel de responsabilidade social corporativa.

Atores no Processo de Inserção Socioeconômica

Mas quem são os atores que podem contribuir com o processo de reinserção socioeconômica das vítimas do trabalho escravo? Como já visto no trecho acima sobre os princípios, essa pergunta não tem uma resposta exata, pré-definida e objetiva, mas alguns desses atores são bem óbvios e podemos começar por eles.

Levando em consideração as causas da vulnerabilidade das vítimas do trabalho escravo, quais sejam lacunas documentais (identidade, CPF, carteira de trabalho, alistamento militar, etc.), analfabetismo/baixa escolaridade, problemas de saúde crônicos incluindo uso de álcool e/ou drogas, falta de capacitação profissional, desconhecimento de direitos, distância da família ou desestruturação familiar, falta de oportunidade de trabalho e de capacidade de gerar renda, podemos estabelecer de maneira acurada que as áreas de saúde, educação, direitos humanos, justiça, trabalho, desenvolvimento rural, pelo menos nas esferas municipal e estadual devem estar engajadas. Devemos reconhecer a dificuldade de interação nessas áreas com a esfera federal, mas o ideal é que essa esfera também estivesse envolvida no processo.

Além disso, como já mencionado é necessário que se aporem atores externos à política pública que podem contribuir com o processo. Experiências que serão discutidas mais abaixo demonstram que o mundo acadêmico pode ser um forte parceiro nessa empreitada. Existem experiências nas quais departamentos de direito, medicina, odontologia, assistência social, educação e até agronomia tem sido parceiros importantes, através de projetos de extensão, outros projetos implementados pelas fundações das universidades, além do trabalho voluntários de alunos e professores no atendimento a vítimas e na implementação de iniciativas de ação integrada.

Uma referência que ilustra essa possibilidade é o trabalho da Clínica do Trabalho Escravo da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais. Professores que também são juristas sensíveis ao tema criaram uma matéria optativa na faculdade de direito sobre trabalho escravo. Por meio de um projeto de extensão alguns alunos recebem bolsas para pesquisar sobre o tema da escravidão, e também para atender a trabalhadores resgatados do trabalho escravo no estado de Minas Gerais, que são encaminhados pela COETRAE do estado da qual a Clínica é membro, informando-os sobre seus direitos, conscientizando-os sobre sua situação e apoiando a judicialização de ações trabalhistas para garantia de direitos decorrentes do processo de violação aos quais eles foram submetidos. O êxito da Clínica de Direitos fez com que outros departamentos da UFMG, como o departamento de medicina, se integrassem ao projeto. Atualmente, as vítimas de trabalho escravo atendidas pelo projeto também recebem atendimento de saúde provido pela própria universidade, que apoia também no encaminhamento à política pública.

Já no estado do Mato Grosso, alunos de psicologia e de assistência social apoiam o atendimento a migrantes nacionais e estrangeiros, em parceria com a Pastoral dos Migrantes, as vítimas e vulneráveis ao trabalho escravo, prestando atendimento e dando palestras sobre suas temáticas, sem qualquer custo envolvido no processo.

É importante mencionar também o papel do Ministério Público do Trabalho - MPT e da Justiça do Trabalho, não só na garantia de direitos os trabalhadores no pós-resgate, mas também em atividades de formação sobre direitos. Integrantes dessas casas tem sido atores importantes em transmitir aos trabalhadores informações sobre seus

direitos humanos e trabalhistas em diversas iniciativas espalhadas pelo país. Ao mesmo tempo, essas instituições têm sido financiadoras de muitas das iniciativas de promoção da inserção socioeconômica de vítimas e prevenção de reincidência. Esse apoio se dá através da destinação de recursos para essas iniciativas, provenientes de multas de Termos de Ajustes de Conduta, promovidas pelo MPT e de condenações na justiça trabalhista por juízes do trabalho.

Finalmente, mas não mais importante, entidades da sociedade civil organizada têm implementado ações exitosas na luta pela garantia da cidadania de vítimas e vulneráveis ao trabalho escravo. Entidades como a Comissão Pastoral da Terra, a Pastoral do Migrantes, a Caritas e outras instituições ligadas a igreja atendem aos trabalhadores de diversas formas, tanto abrigando quando da fuga ou do resgate do local de exploração, como apoiando com denúncias de violações, mas também oferecendo formações sobre direitos, apoio com a documentação, qualificação profissional entre outros serviços. O CDVDH – Centro de Defesa da Vida e Direitos Humanos Carmén Bascarán, com sede em Acaíândia, município do Maranhão, também realiza serviços semelhantes ao das entidades mencionadas anteriormente. É importante também mencionar o trabalho da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, que à semelhança da CPT acolhe vítimas e presta apoio para denúncias, mas também possui um trabalho de formação de lideranças sobre a questão da escravidão, suas dinâmicas e como combatê-la, e também oferece qualificação profissional aos trabalhadores rurais.

Iniciativas de inserção socioeconômica – Experiências, avanços e desafios

Ainda que o Brasil tenha avançado sobremaneira na luta contra o trabalho escravo desde 1995, quando se declarou a existência de trabalho escravo país, como já foi abordado anteriormente, esses avanços se concentraram nas políticas de repressão e de fortalecimento das instâncias de diálogo e fomento. No que diz respeito à atenção a vítimas, ainda se apresentam inúmeros desafios. Historicamente uma das poucas iniciativas, de extrema importância, mas que sozinha não consegue garantir a quebra de vulnerabilidade e impulsionar a inserção socioeconômica das pessoas resgatadas do trabalho escravo, foi o seguro desemprego ao resgatado, que garante um salário

mínimo durante três meses para todo aquele trabalhador que seja encontrado submetido ao trabalho escravo pela fiscalização do trabalho. Além do seguro desemprego e de possíveis indenizações por danos civis individuais decorrentes da ação do Ministério Público do Trabalho e da Justiça do Trabalho que venham a beneficiar os trabalhadores, o Brasil ainda carece de uma política nacional efetiva que garanta a prevenção da reincidência e a inclusão cidadã das vítimas, e que contribua para a prevenção da incidência ou reincidência, por meio de ações estruturantes e integradas que são vitais, conforme discutimos anteriormente. Por este motivo é tão importante que em cada município com incidência de trabalho escravo ou residência de trabalhadores resgatados sejam discutidas, desenhadas e implementadas soluções de integração de ações que contribuam para a busca da cidadania de trabalhadores resgatados e vulneráveis ao trabalho escravo, assim como de suas famílias e comunidades, pois essas possuem as mesmas vulnerabilidades que aquele indivíduo que foi escravizado.

Apesar disso, algumas iniciativas locais têm sido implementadas de maneira piloto, e tem servido de inspiração para a discussão sobre uma política nacional de atenção a vítimas do trabalho escravo. É importante notar que esse é um processo em pleno desenvolvimento, que não há soluções perfeitas e que a eficácia e efetividade de qualquer iniciativa dependem de sua adaptação à realidade e às características de cada local. No entanto algumas lições decorrentes das experiências existentes podem servir de insumo para evitar caminhos tortuosos em novas experiências.

O Instituto Carvão Cidadão – ICC

Ainda que esta seja uma iniciativa isolada, que foge do caráter de integração interinstitucional e que garante uma atenção multidisciplinar aos trabalhadores, suas famílias e comunidades, contribuindo para que cada fator de suas vulnerabilidades seja trabalhada, o ICC foi o precursor de iniciativas que buscam essa integração, e serve ainda como inspiração para o engajamento de setores produtivos de maneira ativa no processo de inclusão socioeconômica de vítimas do trabalho escravo, e por isso é interessante que seja mencionada.

Na década de 2000, foram realizados estudos de mapeamento de cadeias que realizavam a análise de casos de escravidão no setor do carvão e os relacionavam com a produção siderúrgica nacional e sua exportação. Com a sombra que se coloca sobre este setor, em um esforço para demonstrar uma atuação consistente na luta contra a escravidão, a Associação das Siderúrgicas de Carajás (ASICA), após assinar um pacto nacional para erradicação do trabalho escravo no setor, promovido pela Organização Internacional do Trabalho, pelo Instituto Ethos e pela ONG Repórter Brasil, estruturou o ICC, que em um primeiro momento realizava auditorias em seus fornecedores para garantir que não havia incidência da escravidão, forçando então que os produtores de carvão se adequassem à legislação trabalhista e não explorassem seus trabalhadores. Mas além dessa iniciativa o ICC também realizou a busca ativa de trabalhadores que haviam sido resgatados do trabalho escravo no setor, promovendo sua inserção em vagas de trabalho formais, oferecidas por empresas que faziam parte da ASICA.

O Projeto Ação Integrada – Mato Grosso²

Em 2009 se inicia o projeto Ação Integrada no estado do Mato Grosso, por iniciativa da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego - SRTE do estado, inspirada na iniciativa do Instituto Carvão Cidadão mencionada acima. Basicamente este projeto se inicia a partir da percepção de fiscais do trabalho de que somente realizar o resgate de trabalhadores dos locais onde eram explorados não garantia de fato sua “liberdade”, pois eles continuavam presos à vulnerabilidade que o levava facilmente a um novo processo de escravização. Essa vulnerabilidade, de acordo com a percepção dos idealizadores do projeto era baseada nos déficits de educação e de qualificação profissional, que impedia sua inserção no mercado de trabalho formal e, como consequência, o tornava vítima fácil dos exploradores.

Com a clara visão de que sozinhos os fiscais do trabalho não conseguiriam garantir a autonomia das vítimas do trabalho escravo, foi estabelecida uma parceria com algumas entidades que viriam a transformar o projeto em realidade. Após um processo de diálogo inicial um termo de cooperação técnica foi assinado entre a SRTE, o MPT no

² <http://www.acaointegrada.org/>

estado e a Fundação Uniselva, ligada a Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT. Cada uma dessas instituições com o seguinte papel:

MPT: Participar da Coordenação estratégica do projeto e financiar com recursos advindos de Termos de Ajuste de Conduta - TACs, de multas de descumprimento de TACs e de multas por danos civis coletivos na justiça do trabalho, em geral decorrentes de casos de exploração do trabalho escravo.

SRTE: Participar da coordenação estratégica do projeto e coordenar sua implementação.

Fundação Uniselva: Participar da coordenação estratégica do projeto, manter os recursos financiados pelo MPT e implementar o projeto do ponto de vista administrativo e financeiro.

Ao longo da implementação do projeto outras instituições estabeleceriam parcerias com o projeto segundo sua capacidade e disponibilidade. Algumas delas são:

Secretaria Estadual de Educação: Oferecer uma versão do Ensino de Jovens e Adultos – EJA, adaptada às demandas do projeto e de seus beneficiários.

Pastoral dos Migrantes: Hospedar os beneficiários do projeto e a infraestrutura para fornecimento de alimentação.

SENAI/SENAR – Fornecer qualificação profissional aos beneficiários do projeto.

Empresas diversas: Ofertar vagas de empregos aos beneficiários do projeto. As empresas eram basicamente do setor da construção civil e do setor agropecuário.

É importante que notemos algumas características que serão discutidas a seguir:

1. A ênfase do projeto era no processo de melhoria da escolarização e qualificação profissional para o emprego formal;
2. O projeto era focado na vítima do trabalho escravo e em familiares com situação de vulnerabilidade;

O termo de cooperação mencionado e o financiamento do MPT possibilitou que uma equipe fosse contratada para operacionalizar o projeto, essa equipe que variou entre 3

e 6 pessoas, entre coordenadores, técnicos e assistentes sociais realizavam as seguintes atividades:

1. Busca ativa de pessoas que residiam no estado e tinham sido vítimas do trabalho escravo;
2. Apoio no encaminhamento dessas pessoas às políticas públicas de assistência social e saúde (esta última quando necessário) no nível municipal, e para retirada de documentação se necessário;
3. Entrevistas com essas vítimas e seus familiares, assim como com outras pessoas das redes sociais dessas vítimas que haviam vivido situações semelhantes, mas não necessariamente haviam sido resgatadas do trabalho escravo, para conhecer seu perfil social e profissional;
4. Estruturavam e implementavam processo de qualificação profissional com parcerias com SENAI e SENAR, que em geral eram realizados em Cuiabá, independentemente de onde residiam as vítimas. A Pastoral do Migrante era o parceiro que acolhia esses trabalhadores conforme já mencionado;
5. Os trabalhadores analfabetos ou com baixa escolaridade eram estimulados a ingressar no EJA disponibilizado pela Secretaria de Educação Estadual durante o tempo de qualificação profissional;
6. Os trabalhadores eram, quando possível, inseridos no mercado formal por meio de parcerias com empresas privadas.

É importante salientar que este projeto se inicia em um momento de pleno crescimento econômico, com ofertas de emprego em alta, principalmente no setor da construção civil, marcado pelas obras da copa do mundo que estavam se iniciando. Sendo assim, a ênfase do projeto na qualificação para o emprego formal acabava por encontrar um ambiente propício. A inclusão de resgatados do trabalho escravo nas obras da copa acabou por virar notícia e percorrer o mundo, garantindo que esta iniciativa fosse avaliada nacionalmente e internacionalmente como uma referência de ação pioneira de inserção socioeconômica de vítimas de trabalho escravo. De fato este projeto inspirou outras iniciativas nos estados do Rio de Janeiro, Bahia e na região norte, como veremos a frente, e tem servido também como inspiração para o desenho de um fluxo

nacional de atenção a vítimas do trabalho escravo, além de ter sido objeto de cooperação sul-sul com países da América Latina e de maneira mais específica com o Peru, por meio de atividades promovidas pela Organização Internacional do Trabalho.

Entre as variáveis que fazem com que esse projeto seja uma referência positiva para outras iniciativas está o fato de que ela conseguiu integrar, por meio da articulação e do diálogo, instituições diversas, da sociedade civil, do poder público nas três esferas e do setor privado, com papéis bem definido, provando que isso é possível e que os resultados são mais efetivos quando essa integração acontece. É importante salientar que isso não seria verdade se não houvesse uma liderança nesse processo de articulação. Iniciativas semelhantes em qualquer área, mas principalmente em processo que buscam a garantia de cidadania de pessoas, grupos e comunidades vulneráveis, onde se busque um ambiente de atenção integral, que forçosamente passa por uma articulação interinstitucional complexa e delicada, devem ter uma liderança, e esta deve ser amparada institucionalmente e deve estar focada neste papel em tempo integral.

Uma análise mais apurada do impacto que o projeto trouxe aos seus beneficiários demonstrou que seu êxito não estava tanto no processo de qualificação ou inserção efetiva no mercado de trabalho formal, pois na maioria dos casos os trabalhadores não trabalhavam no setor para o qual foram qualificados, ou mesmo estavam empregados no setor em que o projeto inicialmente os inseriu. No entanto, esses trabalhadores relataram que jamais se dispunham novamente a trabalhar em condições degradantes, pois agora conheciam seus direitos. Isso significa que o principal impacto do projeto está no reconhecimento, pelos beneficiários, de sua condição de sujeito de direitos que devem ter sua dignidade resguardada.

Uma questão para reflexão com relação aos desafios que esta iniciativa enfrentou e enfrenta até hoje estão ligadas a dificuldade, pelo próprio ambiente político no estado do Mato Grosso, de que essa iniciativa, que é piloto, fosse institucionalizada como política pública estadual. Sem essa institucionalização o projeto segue sendo um piloto, cuja sustentabilidade é garantida tão somente pela existência de recursos repassados pelo MPT.

Uma outra questão é o fato de que este projeto manteve seu foco no atendimento individual das vítimas, sem uma visão mais abrangente sobre o fato de que o indivíduo vem de uma comunidade, e que essa comunidade enfrenta as mesmas questões de vulnerabilidade que levou aquele indivíduo ao processo de exploração. Sem essa visão mais ampla, ainda que válido o apoio ao indivíduo, outras pessoas daquela mesma comunidade poderão ser as próximas vítimas, pois o ambiente lá está propício para o recrutamento de novos escravos pelos exploradores. Iniciativas de impacto comunitário em geral são menos imediatistas, requerem um prazo mais longo e um trabalho mais estruturado, mas podem ser muito mais baratas em termos de investimento e têm a capacidade de promover um processo de mobilização coletiva em prol da geração de renda para toda a comunidade, não necessariamente somente por meio do emprego formal, mas por outras formas de geração de renda, como a economia solidária, quintais produtivos, associativismo, cooperativas e empreendedorismo. Uma comunidade fortalecida e gerando renda é mais facilmente blindada contra a ação de recrutadores mal intencionados.

O Projeto Ação Integrada – Bahia

No estado da Bahia o projeto iniciado em Mato Grosso inspirou uma nova modalidade, considerada mais sustentável, que é um projeto já implementado a partir da política pública municipal, a partir de um subgrupo da COETRAE do estado. O Ação Integrada na Bahia é implementado pela Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDS e pela Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE. Como a SJDHDS agrega as pastas de assistência social e de direitos humanos, esta última também responsável pela coordenação da COETRAE, ela conseguiu diminuir a lacuna entre a fiscalização do trabalho escravo e a primeira atenção ao resgatado. Sendo assim, desde o primeiro momento após o resgate o trabalhador é atendido pela política pública de assistência social em nível municipal, no local do resgate, que é acionada pela pasta estadual de assistência social. As dificuldades que esta iniciativa vem enfrentando estão no âmbito da integração efetiva das políticas, pois existem dificuldades de comunicação entre as secretarias e falta de recursos para as atividades de qualificação, além da atual crise econômica que impede

qualquer tipo de iniciativa de inserção de trabalhadores tão vulneráveis no mercado formal. Por outro lado, a SETRE tenta implementar um modelo de trabalho de qualificação e geração de renda na comunidade de origem de trabalhadores no interior do estado, o que pode vir a ser uma excelente referência para iniciativas futuras se tiver êxito.

Assentamento de Nova Conquista – Monsenhor Gil - Piauí³

Talvez essa seja uma das iniciativas com mais possibilidade de sustentabilidade, pois ela é resultado da ação dos próprios trabalhadores, que se organizaram como resultado de um processo de reflexão sobre sua condição de explorados e das causas dessa exploração e acabaram por buscar sua autonomia, lutando por seus direitos. Um grupo de trabalhadores que haviam sido resgatados do trabalho escravo em 2004 se reuniu para realizar reflexões sobre seus direitos, apoiados pela CPT. Deste processo surgiu a consciência de que esse grupo deveria buscar suas próprias iniciativas de geração de renda, que os levou a reenviatar do INCRA, e finalmente conquistar, em 2009, um assentamento, onde eles puderam ter sua terra, produzir e viver dignamente. Apesar de essa iniciativa não possuir um caráter de trabalho interinstitucional, a menção a ela vem no sentido de provocar uma reflexão sobre como uma iniciativa como essa poderia ser fortalecida, ou viabilizada de maneira mais estruturada e com um caminho mais curto, se apoiada por instituições que possam colaborar com a união de esforços fazendo chegar serviços diversos a esse público.

Rede Ação Integrada de Combate à Escravidão – RAICE

Finalmente é também válido mencionar o trabalho em parceria da CPT e do CDVDH, instituições já mencionadas anteriormente, na implementação do projeto RAICE. Este projeto nasce da inspiração do processo em Monsenhor Gil, da experiência de trabalho com comunidades de vítimas e vulneráveis ao trabalho escravo dessas duas

³ <https://reporterbrasil.org.br/2014/12/nova-conquista-o-protagonismo-dos-trabalhadores-no-piaui-na-quebrado-ciclo-da-escravidao/>

instituições e do aprendizado sobre o trabalho interinstitucional que traz o projeto Ação Integrada no Mato Grosso.

Com sua própria personalidade, este projeto atua em municípios selecionados dos estados do Piauí, Maranhão, Tocantins e Pará, onde as duas instituições têm atuação na prevenção e enfrentamento ao trabalho escravo. A ideia do projeto é fortalecer comunidades com maior vulnerabilidade ao trabalho escravo, buscando seu fortalecimento a partir da consciência sobre seus direitos e sobre a questão da escravidão, a partir de sua própria vivência, buscando então que essas comunidades se organizem para busca sua autonomia e evita o processo de exploração. A inovação em relação ao trabalho normal dessas duas instituições é que elas buscam neste processo uma articulação ativa com o poder público estadual e municipais, para que eles se integrem no processo de fortalecimento comunitário, não no sentido da tutela, mas buscando apoiá-los na busca de suas próprias soluções.

Conclusão

Fica evidente que existem inúmeras possibilidades de iniciativas que podem ser implementadas em prol da garantia da cidadania e da inserção socioeconômica de vítimas e vulneráveis ao trabalho escravo, suas famílias e comunidades. O que também fica evidente é que em cada local onde é necessário que se implemente uma iniciativa neste sentido, é necessário conhecer os atores que podem contribuir, integrá-los em um processo de diálogo e reflexão, estabelecer papéis e atuar de maneira coordenada, com solidariedade institucional e com o foco prioritário no apoio a esse público, para que eles construam sua própria autonomia, dando a eles as condições para que isso aconteça.